

THOMAS KL INDÚSTRIA DE ALTO FALANTES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Thomas KL Industria de Alto Falantes S/A ("Companhia") é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro na cidade de Cachoeirinha/RS, com início de atividades em 01/09/1993, tendo como objeto social (i) a fabricação e comércio de alto falantes, (ii) a prestação de serviços de manutenção, conserto e assistência técnica relativos aos produtos nacionais e importados que comercializa no território nacional, (iii) a importação de bens correlatos do exterior, (iv) o comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico, e (v) o comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo.

A Companhia possui um estabelecimento em Itajaí/SC, aberta em 28/01/2020, com o mesmo objeto social da matriz.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras em 20 de junho de 2022.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1 Novas normas, alterações e interpretações

CPC's novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis.

IFRS 1 / CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Define que a controlada pode escolher, em suas demonstrações financeiras, mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior no valor contábil que seria incluído na demonstração consolidada da controladora, com base na data de transição da controladora para os CPCs, caso nenhum ajuste for feito para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada.

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Inclusão de novos requisitos de 10% para desreconhecimento de passivos financeiro no cálculo dos fluxos de caixa a valor presente, o devedor inclui apenas taxas pagas ou recebidas entre o devedor e o credor.

IAS 41 / CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Eliminação da restrição "tributos" na estimativa de fluxo de caixa de quaisquer expectativas de financiamento de ativos, ou restabelecimento do ativo biológico após a colheita.



IAS 16 / CPC 27 – Ativo imobilizado – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Inclui como custos diretamente atribuíveis os custos com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente. A entidade deve reconhecer o produto da venda de tais itens e o custos desses itens no resultado, de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

IAS 37 / CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Define que o custo de cumprimento de contrato compreende os custos que se relacionam diretamente com o contrato, que consistem em: (a) os custos incrementais de cumprimento desse contrato; e (b) a alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento de contratos.

IFRS 3 / CPC 15 (R1) Combinação de negócios – Revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 - Apresenta algumas alterações na estrutura conceitual para relatórios financeiros.

IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguro – Norma vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, substituindo a IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de seguro – O objetivo da elaboração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Norma vigente a partir de 1º de janeiro de 2023 – (i) Classificação de passivos como circulante ou não circulante: especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. (ii) Divulgação de políticas contábeis: alterações para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

IAS 8 – Definição de estimativas contábeis - Norma vigente a partir de 1º de janeiro de 2023 – As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

De acordo com a avaliação da Administração, os IFRS 1 / CPC 37 (R1), IAS 41 / CPC 29, IFRS 17 / CPC 50 não se aplicam à Companhia. A Companhia não espera efeitos significativos oriundos da adoção dos IFRS 9 / CPC 48, IAS 16 / CPC 27, IAS 37 / CPC 25, IFRS 3 / CPC 15 (R1), IAS 1 e IAS 8.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio, divulgado pela Companhia.

3. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o numeral mais próximo.



As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

(ii) Aplicações financeiras - Compreendem os investimentos financeiros com prazos de vencimento e carência superiores há 90 dias da data da aplicação ou com prazos de vencimento superior há 90 dias, mas com impossibilidade de resgate antecipado sem risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente quando aplicável. Quando julgado necessário pela administração, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a perda de crédito esperada. A perda esperada é constituída com base na experiência passada de inadimplência dos clientes da Companhia e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

4.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio ponderado. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

4.5 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

Taxa (% ao ano)

Imóveis	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	20



4.6 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

A provisão para imposto de renda e a contribuição social corrente está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

4.7 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui instrumentos financeiros, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (para ativos financeiros) e como custo amortizado (para passivos financeiros).

O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial.

4.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada como consequência de um evento passado, e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

4.9 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, desvalorização dos estoques, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

4.10 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos bens foi transferido para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

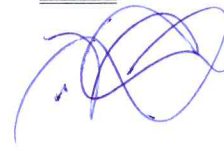
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos bancários a vista	<u>132</u>	<u>203</u>
	<u>132</u>	<u>203</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras estão representados conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicação financeira curto prazo	2.330	1.276
Aplicação financeira longo prazo	<u>0</u>	<u>2.994</u>
	<u>2.330</u>	<u>4.270</u>



As Aplicações financeiras referem-se a fundos de Investimentos lastreados em títulos públicos, renda fixa pré-fixada, renda fixa crédito privado, multimercado global, fundos referenciados DI.

As aplicações financeiras que até 2020 eram classificadas como de longo prazo, oferecidas em penhora no processo 11080 721557/2017-16 junto a RFB – Receita Federal do Brasil, em 2021 foram reclassificadas para o curto prazo. A reclassificação deveu-se ao fato de que foi julgado procedente o recurso interposto pela Companhia para discutir o crédito tributário abrangido por esse processo.

7. CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está assim representado:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Clientes no país	15.284	16.410
Clientes no exterior	<u>529</u>	<u>326</u>
Total Clientes	<u>15.813</u>	<u>16.736</u>
 (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	 (1.884)	 (1.452)
	<u>13.929</u>	<u>15.284</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a vencer	13.655	14.699
Valores vencidos até 30 dias	212	228
Valores vencidos até 90 dias	86	63
Valores vencidos até 360 dias	383	129
Valores vencidos acima 360 dias	<u>1.477</u>	<u>1.618</u>
	<u>15.813</u>	<u>16.736</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas esperadas, sendo o montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

A movimentação da provisão para realização de devedores no exercício foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.135
Adições no exercício	<u>317</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.452
Adições no exercício	<u>432</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.884

8. ESTOQUES

Os estoques estão assim representados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Matérias-primas	12.066	9.877



Produtos acabados	9.420	2.647
Produtos em Processo	428	220
Adiantamento a fornecedores	<u>6.214</u>	<u>4.856</u>
	<u>28.128</u>	<u>17.600</u>

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior há 12 meses.

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

O saldo dos tributos a recuperar está assim composto:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ICMS ^(a)	500	663
COFINS ^(b)	392	-
PIS ^(b)	86	-
CSLL a recuperar ^(c)	77	14
IRPJ a recuperar ^(c)	201	71
IPI a compensar	216	-
IR retido na fonte ^(c)	<u>9</u>	<u>231</u>
Total	<u>1.481</u>	<u>979</u>

a. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados na unidade produtora da Companhia. A Companhia estima com base em suas operações que esse saldo será realizado nos próximos exercícios mediante e compensação com saldo a pagar.

b. Imposto sobre produtos industrializados – IPI

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis da filial de Santa Catarina. A Companhia estima com base em suas operações que esse saldo será realizado nos próximos exercícios mediante e compensação com saldo a pagar.

c. PIS e COFINS

A Companhia utiliza a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, sendo que o saldo credor é decorrente das suas operações mercantis. A Companhia estima com base em suas operações que esse saldo será realizado nos próximos exercícios mediante e compensação com saldo a pagar.

d. Imposto de renda e contribuição social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

10. DIREITO DE USO DE IMÓVEIS

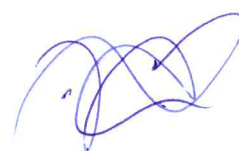
A Companhia arrenda imóveis para a realização de suas operações, os quais são contratos negociados com a empresa Bomber Empreendimentos Ltda e foram registrados no exercício de 2019 de acordo com os prazos e saldos remanescentes no exercício. Os valores decorrentes destes contratos, foram considerados de acordo com os respectivos prazos e taxas de juros equivalentes, considerando a taxa que a empresa pagaria na obtenção de empréstimos nas condições similares aos ativos e prazos dos mesmos.

Direito de Uso	31/12/2021	31/12/2020
Locação de imóveis	1.195	1.383

Estes contatos foram enquadrados como locação de imóveis, contendo vida útil de 55 meses, determinados conforme clausula contratual.

Direito de Uso	31/12/2021
Locação de imóveis	3.040
Amortização Direito de uso -	
Locação de imóveis	(1.845)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	<u>1.195</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	1.383
(+) Adições	587
(-) Amortização	(775)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.195</u>

Direito de Uso	31/12/2020
Locação de imóveis	2.453
Amortização Direito de uso -	
Locação de imóveis	(1.070)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>1.383</u>
Movimentação Direito de uso	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
(+) Adoção inicial CPC 06 (R2)	<u>2.453</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.453
(+) Adições	-
(-) Amortização	(1.070)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.383</u>



11. IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Máquinas e equipamentos	885	1.025
Móveis e utensílios	16	25
Equipamentos e sistemas de informática	23	20
Veículos	482	71
Benfeitorias	45	50
Imobilizações em andamento	<u>68</u>	<u>310</u>
	<u>1.519</u>	<u>1.501</u>

Movimentação do custo:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2020</u>
Máquinas e equipamentos	3.998	1	-	3.999
Móveis e utensílios	419	-	-	419
Equipamento e sistemas de informática	535	7	-	542
Veículos	549	-	23	526
Benfeitoria	68	-	-	68
Imobilizações em andamento	<u>310</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>310</u>
	<u>5.879</u>	<u>8</u>	<u>23</u>	<u>5.864</u>

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2021</u>
Máquinas e equipamentos	3.999	101	-	4.100
Móveis e utensílios	419	-	-	419
Equipamento e sistemas de informática	542	12	-	554
Veículos	526	489	-	1.015
Benfeitoria	68	-	-	68
Imobilizações em andamento	<u>310</u>	<u>40</u>	<u>282</u>	<u>68</u>
	<u>5.864</u>	<u>642</u>	<u>282</u>	<u>6.224</u>

Movimentação da depreciação acumulada para o exercício:

	<u>Saldo</u> <u>01/01/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>31/12/2020</u>
Máquinas e equipamentos	2.726	248	-	2.974
Móveis e utensílios	381	12	-	393
Equipamento e sistemas de informática	517	5	-	522
Veículos	470	16	30	456
Benfeitorias	<u>13</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
	<u>4.107</u>	<u>286</u>	<u>30</u>	<u>4.363</u>



	Saldo 01/01/2021	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
Máquinas e equipamentos	2.974	241	-	3.215
Móveis e utensílios	393	9	-	402
Equipamento e sistemas de informática	522	9	-	531
Veículos	456	98	(20)	534
Benfeitorias	<u>18</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>23</u>
	<u>4.363</u>	<u>362</u>	<u>(20)</u>	<u>4.705</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa	Vencimento	2021	2020
Moeda Nacional				
Desconto de duplicatas	2% a.m.	fev/22	1.946	2.850
CDC - Aquisição Bem	0,78% a.m.	mai/23	309	-
CDC - Capital de Giro	0,77% a.m.	mai/22	924	-
Limite de crédito	2,05% a.m.		635	70
Moeda Estrangeira				
ACE	4,5% a.a.	set/22	2.204	-
			<u>6.019</u>	<u>2.920</u>

13. FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores estão assim representados:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores Nacionais Curto Prazo	2.524	464
Fornecedores Nacionais Longo Prazo	26	26
Fornecedores Estrangeiros	<u>1.420</u>	<u>2.243</u>
Total	<u>3.970</u>	<u>2.733</u>

14. ARRENDAMENTO IMÓVEIS

A partir de 2019 os arrendamentos foram calculados conforme a norma CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil publicada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O passivo de arrendamento refere-se ao contrato de locação dos prédios pertencentes a empresa Bomber Empreendimentos Ltda. Foi considerado pela Companhia como componente de arrendamento o valor do contrato com aluguel fixo para fins de avaliação do passivo, mensurado ao valor presente. A taxa utilizada para cálculo do ajuste a valor presente foi de 9,74% a.a. correspondente a taxa de capitação de recursos. O prazo de vigência do contrato de arrendamento é julho/2023.

	<u>Taxas anuais</u>	<u>Arrendamento Mercantil a pagar (Não descontado)</u>	<u>AVP</u>	<u>Total</u>
Circulante				
Imóveis locados	9,74%	784	(25)	759
Não circulante				
Imóveis locados	9,74%	457	(21)	436
Saldo 31 de dezembro de 2021		<u>1.241</u>	<u>(46)</u>	<u>1.195</u>

<u>Movimentação de arrendamentos a pagar</u>	<u>31/12/21</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	<u>1.276</u>
(+) Efeito reajuste arrendamento	381
(-) Efeito reajuste AVP	(10)
(+) Ajuste períodos anteriores	323
(+) Juros incorridos	9
(-) Pagamento de Principal	(775)
(-) Pagamento de Juros	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.195</u>
Circulante	759
Não Circulante	<u>436</u>
Total	<u>1.195</u>

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição.

Composição dos saldos:

Os saldos contábeis inclusos no balanço patrimonial estão identificados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa		
Em moeda nacional	101	174
Em moeda estrangeira	31	29
Contas a receber		
Em moeda nacional	15.284	16.410
Em moeda estrangeira	529	326
<u>Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado</u>		
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional	-	1.276
Em moeda estrangeira	2.330	2.994
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores		



Em moeda nacional	2.550	490
Em moeda estrangeira	1.420	2.243
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional	3.815	2.920
Em moeda estrangeira	2.204	-

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade

- *Administração financeira de risco*

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos associados à sua operação:

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou deixar de auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger das oscilações cambiais, a companhia avalia sua exposição cambial.

A exposição líquida da Companhia ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro é conforme abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e equivalente de caixa	31	29
Aplicações financeiras	2.330	2.994
Contas a receber	529	326
Fornecedores	(1.420)	(2.243)
Empréstimos e financiamentos	(2.204)	-
Exposição líquida	<u>(734)</u>	<u>1.106</u>

Análise de sensibilidade – um eventual fortalecimento do Real, da ordem de 5%, contra o Dólar norte-americano em 31 de dezembro 2021, geraria uma receita de variação cambial positiva de R\$ 37. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Uma eventual desvalorização do Real contra o Dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2020, teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto, considerando que todas as outras variáveis se manteriam constantes.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Administração da Companhia monitora os fatores de risco através de



acompanhamento das tendências de mercado e revisões periódicas dos ativos e de seu endividamento.

Risco de preço de mercado dos produtos e Insumos: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

16. PROVISÕES CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A provisão para processos cíveis, trabalhistas e tributários é composta pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para processos trabalhistas	303	423
Provisão para contingências cíveis	14	7
Provisão para contingências tributárias	-	<u>372</u>
Total	<u>317</u>	<u>802</u>

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis potenciais.

A movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis no exercício foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	929
Baixas no exercício	127
Adições no exercício	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	802
Baixas no exercício	492
Adições no exercício	<u>7</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>317</u>

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis e tributárias é composto como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Processos trabalhistas	433	500
Processos tributários	-	2.000

Os processos tributários referem-se execução fiscal para a qual foi oferecida caução judicial através de penhora de aplicação financeira com objetivo de garantir a interposição

<



de recurso no qual a empresa irá discutir o crédito tributário gerado por auto de infração relativo a discussão da classificação fiscal da matéria-prima "imã de ferrite", mercadoria liberada com liminar sem recolhimento da taxa de "anti dumping". Este recurso foi julgado procedente e, na opinião dos advogados que defendem a Companhia, o risco de recursos serem exigidos para liquidar este processo passou a ser remoto.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por 10.294.118 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas assim representados:

<u>Sócio</u>	<u>R\$</u>	<u>Nº. de Ações</u>	<u>%</u>
Gustavo Vieira Lermen	22.477	6.923.907	67,26
Karen Lexau Kras Borges	247	76.093	0,74
Foster Electric Inc	<u>10.694</u>	<u>3.294.118</u>	<u>32,00</u>
	<u>33.418</u>	<u>10.294.118</u>	<u>100,00</u>

b) Reserva de capital

Referente ágio na subscrição das ações

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva de Capital	1.056	1.056

c) Distribuição de Dividendos

No ano de 2021 não houve distribuição de dividendos

18. RECEITA DE VENDAS

A conciliação entre a receita reconhecida para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício é conforme segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta para fins fiscais	88.609	54.888
Menos:		
Impostos sobre vendas	(21.963)	(13.269)
Devoluções de vendas	<u>(1.932)</u>	<u>(720)</u>
Receita líquida reconhecida na demonstração	<u>64.714</u>	<u>40.899</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados:



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Matéria-prima e materiais auxiliares	32.456	20.973
Materiais Indiretos na Produção	4.968	3.356
Depreciação e amortização	1.114	680
Pessoal	10.038	8.345
Fretes sobre vendas	1.604	1.229
Comissões sobre vendas	1.074	679
Energia elétrica	537	370
Serviços de terceiros	3.707	1.886
Outras despesas	<u>3.970</u>	<u>3.063</u>
Total	<u>59.468</u>	<u>40.581</u>

Estas despesas foram classificadas da seguinte forma na demonstração de resultados (apresentada por função):

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Custo dos produtos vendidos	48.368	(32.402)
Despesas com vendas	4.869	(3.362)
Despesas gerais e administrativas	<u>6.231</u>	<u>(4.817)</u>
Total	<u>59.468</u>	<u>(40.581)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	152	43
Outros	<u>27</u>	<u>70</u>
	179	113
Despesas financeiras:		
Juros Pagos	(581)	(52)
Juros sobre Aluguel	(9)	(71)
Descontos concedidos	(145)	(123)
Outros	<u>(298)</u>	<u>(82)</u>
	(1.033)	(328)
Variação cambial	(702)	507
Resultado financeiro	(1.556)	292

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser assim demonstrada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.589	535
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>

IRPJ e CSLL à taxa nominal	1.220	181
<u>Ajustes para cálculo da despesa efetiva:</u>	3.589	535
ICMS sobre o faturamento (crédito presumido)	(3.393)	(2.265)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos	-	-
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>196</u>	<u>(1.730)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL lançada no resultado	<u>96</u>	<u>-</u>

22. PARTES RELACIONADAS

A posição das transações e dos saldos com partes relacionadas, em 31 de dezembro, está assim representada:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Balanco Patrimonial:		
Fornecedores:		
Foster Eletric CO., LTD	-	-
Bomber Empreendimentos (aluguel) CP	759	62
Bomber Empreendimentos (aluguel) LP	<u>436</u>	<u>1.215</u>
	1.195	1.277
Demonstração do resultado:		
Custo dos produtos vendidos (compras)		
Foster Eletric CO., (H.K.)	1.182	1.345
Despesas Administrativas		
Danton Krás Borges Apoio Adm	146	102
Pró_Labore Gustavo Vieira Lermen	312	469
Despesas Financeiras		
Aluguel Bomber Empreendimentos	9	71

23. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para bens imobilizados e estoques sujeitos a riscos operacionais, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A seguir as principais modalidades de seguros contratados pela Companhia:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Danos Materiais	3.870
Lucros Cessantes	1.000

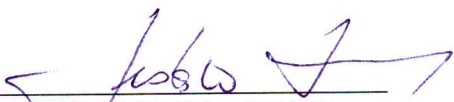
24. EVENTOS SUBSEQUENTES.

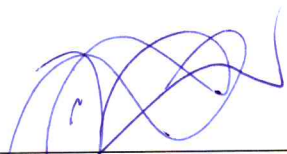
Redução de capital

Na data da aprovação destas demonstrações financeiras a Companhia já havia assinado contrato para a recompra das ações da Foster Eletric INC, detentora de 32% das ações Companhia. O negócio foi feito em comum acordo, em função da descontinuidade das operações da Ford no Brasil. Com isso, o capital social da Companhia será reduzido de R\$ 33.418 para R\$ 22.724, com o cancelamento de 3.294.118 ações.

O valor do negócio foi definido em R\$ 12.107, a ser pago em 3 parcelas anuais, sendo que:

- a) A primeira parcela no valor de R\$ 3.807 vencerá no dia 15 de março de 2022;
- b) A segunda parcela no valor de R\$ 4.264 vencerá no dia 15 de março de 2023; e
- c) A terceira parcela no valor de R\$ 4.036 vencerá no dia 15 de março de 2024.



GUSTAVO VIEIRA LERMEN
Diretor
CPF 301.426.280-34

JULIANO KONZEN
Contador – CRCRS 013580/O
CPF 715.571.300-78